

**DA EDUCAÇÃO PÚBLICA À EDUCAÇÃO PRIVADA: OS RUMOS DO ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL**

**DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA HACIA LA EDUCACIÓN PRIVADA: LOS RUMBOS DE LA
ENSEÑANZA SUPERIOR EN BRASIL**

**FROM PUBLIC EDUCATION TO PRIVATE EDUCATION: THE DIRECTIONS OF
UNIVERSITY EDUCATION IN BRAZIL**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43599>

Paulo Sergio Tumolo¹

André Ricardo Oliveira²

Juliane Zacharias Bueno³

Resumo: O artigo aborda as tendências que se vislumbram para a educação superior pública e gratuita e sua gradual substituição por empresas capitalistas de ensino, a partir do contexto atual da produção e reprodução do capital. Fundamentando-se na teoria do valor presente na obra *O Capital* de Marx, e trazendo à luz alguns elementos para a compreensão das crises do capital e das funções precípuas do Estado capitalista, apresenta um quadro, a partir de dados da realidade, que aponta tendências da educação superior no Brasil. Finalizando, enfatiza que a única forma adequada de superação dos entraves postos à educação é o encaminhamento da construção de uma estratégia socialista para a emancipação da humanidade.

Palavras-chave: Educação Superior. Valor. Estado. Crises. Emancipação.

Resumen: El artículo aborda las tendencias que se prevén para la educación superior pública y gratuita y su sustitución gradual por las empresas de capitalistas de enseñanza, en el contexto actual de la producción y reproducción de capital. Basándose en la teoría del valor presente en *El Capital* de Marx, y sacando a la luz algunos elementos para entender las crisis del capital y las funciones esenciales del Estado capitalista, presenta un panorama, basado en datos de la realidad, que apunta a las tendencias en la educación superior en Brasil. En conclusión, subraya que la única manera adecuada de superar los obstáculos puestos para la educación es la construcción de una estrategia socialista para la emancipación de la humanidad.

Palabras clave: Educación Superior. Valor. Estado. Crisis. Emancipación.

Abstract: The article addresses the trends that are envisaged for public and free university education and its gradual replacement by capitalists' companies of education, from the current context of the production and reproduction of capital. Based on the theory of the value present in *The Capital* of Marx, and bringing to light some elements for understanding the crises of the capital and the essential functions of the capitalist state, it presents a picture, based on data from reality, which points to trends in university education in Brazil. In conclusion, it emphasizes that the only adequate way to overcome the obstacles posed to education is the forwarding of the construction of a socialist strategy for the emancipation of humanity.

Keywords: university education. Value. State. Crises. Emancipation.

No mundo capitalista, a busca por transformar setores improdutivos em produtivos de capital é constante, já que a produção de mais-valia e o incessante incremento de capital constituem-se como o eixo norteador das projeções e iniciativas da classe capitalista. Nesse contexto, a educação pública e gratuita brasileira está na mira dos grandes conglomerados empresariais; e no atual período de crise econômica, desencadeada a partir de 2020 e potencializada por uma crise sanitária mundial, essa situação se agrava ainda mais. Se ao se detectar qualquer vestígio da existência de um setor improdutivo, esse é posto sob ataque e convertido à lógica da reprodução de capital, a educação pública e gratuita, nesse cenário, se revela como uma gigantesca possibilidade para a intervenção direta de setores capitalistas.

Enquanto a classe capitalista continua a seguir vorazmente seu objetivo, que é a produção e acumulação de capital⁴, o Estado, por sua vez, vem a cada dia se aprimorando em sua função essencial, que é a de gerir as necessidades dessa classe, facilitando e contribuindo com a manutenção e o desenvolvimento de artifícios que atendam às suas demandas. Os mecanismos para isso são os mais variados, indo desde a instauração e/ou aprimoramento de legislações que correspondam à avidez da classe capitalista em potencializar a exploração da força de trabalho (reforma trabalhista, reforma da previdência, a atual tentativa de aprovar a reforma administrativa etc.), até à sua progressiva isenção no investimento em setores que não compõem a sua finalidade basilar, como por exemplo, na saúde, na assistência social e na educação; ou seja, ele tem, progressivamente, se mostrado melhor naquilo que realmente o define: como Estado máximo em suas funções precípua e Estado mínimo em funções que não lhe competem necessariamente.

Diante da progressiva expansão dessas relações de produção em ramos de atividade nos quais, até então, não haviam se consolidado, a classe trabalhadora, por seu turno, se vê, dia após dia, sendo absorvida por tais relações; de trabalhadores improdutivos, têm, ciclicamente, se transformado em trabalhadores produtivos; ou em outras palavras, trabalhadores que até este momento não vendiam a sua força de trabalho para indivíduos da classe capitalista para sobreviver, agora passam a ser diuturnamente explorados e, por meio de seu trabalho, têm propiciado a extração de mais-valia e a reprodução de capital.

Na educação escolar brasileira esse fenômeno tem se verificado de forma extremamente incisiva. É notável, nos últimos anos, o crescimento significativo das empresas capitalistas de ensino, que consistem em grandes conglomerados educacionais que têm dominado este setor. A Cogna Educação é um notável exemplo disso. No mercado há mais de cinquenta anos, ela é uma empresa brasileira que se expandiu de tal modo que hoje se encontra inserida no mercado internacional em escala mundial, sendo formada atualmente pelas instituições Kroton, Platos, Saber e Vasta Educação/Somos Educação.

Nesse sentido, partindo dos pontos acima mencionados, o presente artigo propõe-se a abordar algumas das principais determinações sobre as quais se verifica a expansão da educação superior privada no Brasil – sobretudo nas últimas décadas – associada ao implemento cada vez mais incisivo da Educação à Distância⁵. E, a partir dessas determinações, pretende-se também discorrer sobre a tendência que tem se apresentado à educação pública e gratuita, de seu progressivo sucateamento e sua possível extinção.

Alguns apontamentos sobre a forma social do capital

Após milhares de anos vivendo sob diferentes modos de produção, as sociedades de classes, com a revolução burguesa, inauguram uma nova época na história. Por meio de uma revolução violenta, a classe burguesa inicia o efetivo processo de transformação do modo de produção precedente – o feudalismo – e o supera. Com a vitória da classe burguesa, novas relações sociais se estabelecem, agora, a partir de outra base material. Primeiramente sob o domínio da mercadoria, essa classe inicia seu processo de ascensão e, com a transformação da força de trabalho em mercadoria, consolida-se como classe capitalista. A partir de então, as relações humanas em geral passam a se desenvolver sob a forma social do capital, ou seja, sob o domínio das relações de produção capitalistas.

É com o objetivo de explicitar os principais aspectos e as leis gerais desse modo de produção que Karl Marx produziu sua obra *O Capital*. Nesse texto, coerentemente com seu pressuposto materialista e a sua lógica dialética, e respaldado pelo seu método da crítica da Economia Política, Marx apresenta a forma elementar com que se manifesta esse modo de produção: a mercadoria; e, a partir desta forma elementar, desenvolve todo um conjunto categorial que encontra a sua culminância no processo global de produção de capital e em suas crises. Dessa forma, sua análise vem demonstrar o *modus operandi* do capital; análise essa, portanto, que abrange a universalidade desse modo de produção, não estrita apenas a seus primórdios ou a fenômenos conjunturais nele eventualmente presentes.

Nesse sentido, a seguir, serão apresentadas duas elucidações que, em nosso entender, se fazem necessárias sobre o método de exposição empregado por Marx nessa obra: 1º) não se trata simplesmente de uma caracterização de sociedades de base mercantil, mas, fundamentalmente, da exposição das leis gerais das sociedades onde predominam as relações capitalistas de produção; e 2º) não se trata somente de uma abordagem das relações de produção predominantes em determinado país em uma dada época, mas das relações de produção tal como necessariamente ocorrem sob a forma social do capital.

Já no início da obra *O Capital*, Marx demarca uma posição central: "A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em uma 'imensa acumulação de mercadorias', e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza [...]" (MARX, 2011, p. 57). A propriedade privada dos meios de produção é a condição para a produção de mercadorias e isso ocorre nos primórdios da sociedade dividida em classes. Ou seja, a mercadoria é anterior à sociedade do capital, e constitui, na aparência, o modo de produção capitalista. É a *forma elementar* dessa sociedade.

Portanto, compreender a sociedade do capital somente como uma sociedade produtora de mercadorias é incorrer no equívoco de restringir a análise ao plano do concreto aparente, impossibilitando, por meio dessa interpretação reducionista, a compreensão da forma mais desenvolvida dessa sociedade, que é o próprio capital. A forma de ser do capital é significativamente mais complexa. A própria mercadoria está presente na forma de ser do capital apenas, e tão somente, como elemento substancial à produção de capital, pois só se produz mercadorias, determinadamente, porque com ela se produz capital.

Quando, no primeiro item do capítulo primeiro d'*O Capital*, Marx escreve sobre *os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor*, estaria ele se referindo à especificidade de uma região, ou de um país, ou

ainda, de uma fase do movimento do capital? Estamos convencidos de que não. O contrário disso é verdade. Valor-de-uso, valor-de-troca e valor, força de trabalho como mercadoria, mais-valia, capital, etc. são sempre apresentados como aspectos universais, para além das especificidades nacionais ou particulares, onde rege o modo capitalista de produção. Trata-se, portanto, de categorias com validade explicativa para as leis gerais do movimento do capital.

Nesse contexto, explica Marx:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2011, p. 57).

Nota-se que Marx não disserta sobre a mercadoria produzida na Inglaterra, ou em qualquer outro país específico, mas sobre a mercadoria em sua forma geral, determinada, neste caso, especificamente pela historicidade do capital. Ainda que essa característica faça parte da mercadoria em sua forma genérica, é sua especificidade na sociedade do capital que é analisada. Nesse aspecto universal da forma de ser do capital, segue Marx:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso [...] os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca (MARX, 2011, p.58).

É fato que o trabalho, em sentido geral, criou a humanidade, ou seja, propiciou o salto ontológico de um determinado ser orgânico para o ser social. Entretanto, com o advento da propriedade privada dos meios de produção, o trabalho se reconfigura e, sob tais determinações históricas, ele se submete às relações de produção que se dão sobre essa base. É disso que Marx está tratando. Seja lá qual for a forma social, a produção de valores-de-uso ocorrerá; contudo, o propósito desta produção dependerá da forma histórica dessas relações de produção. Em nosso caso, *os valores-de-uso são os veículos do valor-de-troca*. A produção do primeiro existe, determinadamente, em função do segundo.

Se parássemos nossa leitura d'*O Capital* de Marx nesse momento de sua exposição, poderíamos considerar que a sociedade do capital é, determinadamente, caracterizada pela produção de valores-de-troca. Disso decorreria uma série de desdobramentos explicativos problemáticos. Vamos por partes. O que é um valor-de-troca? Explica Marx:

[...] O valor-de-troca revela-se, **de início**, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca **parece** ser algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. Vejamos a coisa mais de perto (MARX, 2011, p. 58, grifos nossos).

De *início*, o valor-de-troca *parece* ser algo próprio da mercadoria, presente nela. Contudo, observamos que isso é apenas a aparência. Na essência, não há absolutamente nenhum grama de valor-de-troca intrínseco a um produto isolado. O valor-de-troca só existe na relação de troca, e esta só é possível por meio de uma relação de igualação; pois, de fato, não faz sentido uma troca entre produtos iguais

(trocar trigo por trigo da mesma espécie, por exemplo). Assim, o que haveria de igualação entre produtos com valores-de-uso diferentes? A igualação decorre do fato de que se trata de uma relação entre *valores mercantis*.

O valor-de-troca, portanto, é a forma de manifestação de outra categoria que dela se distingue: o valor. É, exclusivamente, a forma de expressão do valor, não contendo em si mesmo outro conteúdo que não seja a qualidade de representar algo. Ele é estritamente determinado, na sociedade do capital, pelo conteúdo do valor. Por conseguinte, considerando que o valor-de-uso é apenas o *veículo material* do valor-de-troca, e, dado que o valor-de-troca é somente a forma de expressão do valor, um e outro encontram-se, nessa forma social, subordinados ao valor. Não é, pois, o valor-de-troca que possibilita uma relação de igualação entre as mercadorias, mas o valor. E por quê? Porque são abstraídos tanto o caráter útil da mercadoria produzida, como também o caráter útil do trabalho que a produziu – haja vista que a relação de troca necessariamente ocorre entre valores-de-uso distintos. Assim, “[...] as duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere” (MARX, 2011, p. 59). Nesse sentido, explica Marx:

[...] Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; **desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto**, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o **trabalho humano abstrato** (MARX, 2011, p. 60, grifos nossos).

A relação de igualação que ocorre nas trocas de mercadorias é assim explicada. O que há de igual nessa relação, portanto, é o trabalho humano abstrato. O resultado do trabalho concreto, como vimos, é um valor-de-uso; o resultado do trabalho humano abstrato, diversamente, tem como resultado o valor. Não o primeiro, mas o último é a fonte que possibilita e explica a relação de igualação na troca.

Essa diferença é crucial. Na sociedade do capital, a principal determinação não está no trabalho concreto, que se altera constantemente, mas, na relação de igualação decorrente do trabalho humano abstrato, substância do valor.

Assim também, se interrompêssemos nossa explicação nesse momento, poder-se-ia repousar a compreensão em relação ao conjunto conceitual dessa obra marxiana de que o objetivo da produção capitalista é tão somente produzir, por meio do trabalho humano abstrato, um valor-de-troca, por ser este o veículo do valor. Sem embargo, prosseguindo em sua exposição, Marx trata da *grandeza* do valor, que é medida pelo *tempo de trabalho humano abstrato*, e do trabalho social médio, ou seja, do *tempo de trabalho socialmente necessário* para a produção das mercadorias com base “[...] nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 61). A partir desses fatores têm-se, de forma precisa, os parâmetros quantitativos dos *valores mercantis*; o valor de uma mercadoria é medido pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para produzi-la. E isso, é importante frisar, considerando “[...] o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho [...]” (MARX, 2011, p. 60-61).

Verifica-se, nesse percurso conceitual, que se trata de categorias universais. Desse modo, elas devem possuir validade quando confrontadas com a realidade para poder explicá-la. Como já sabemos, no

transcorrer do século XIX, o país mais desenvolvido na forma capitalista era a Inglaterra. No decorrer de sua exposição, Marx se remete, em vários momentos, às particularidades econômicas desse país. Este fato, entretanto, sob hipótese alguma, corrobora com as suposições que datam essa obra de Marx ao século XIX, ou a uma fase incipiente do capital, ou ainda pior, situada apenas para a Inglaterra desse período⁶.

Com essas premissas, e considerando que tais categorias são universais ao funcionamento e à preservação do capital, Marx exemplifica sua teoria confrontando-a com a realidade:

Na Inglaterra, após a introdução do tear a vapor, o tempo empregado para transformar determinada quantidade de fio em tecido diminuiu aproximadamente à metade. O tecelão inglês que então utilizasse o tear manual continuaria gastando, nessa transformação, o mesmo tempo que despendia antes, mas o produto de sua hora individual de trabalho só representaria meia hora de trabalho social, ficando o valor anterior de seu produto reduzido à metade (MARX, 2011, p. 61).

É o processo de reduzir a quantidade de trabalho humano abstrato e, portanto, diminuir o tempo para a produção das mercadorias, que Marx identifica no movimento do real. Tanto é que, sob esse ponto de vista, poderíamos mencionar, por exemplo, os constantes avanços ao longo dos séculos que fizeram do tear a vapor artigo de museu. O tear mecânico, e na sequência, o tear jato de ar, provocaram um enorme salto na redução do tempo para a transformação do fio em tecido, fazendo com que o tempo socialmente necessário para essa produção caísse substancialmente. Há, a partir do exposto, possibilidade de considerar uma alteração *qualitativa* na produção do valor? De forma alguma. O que ocorre são alterações quantitativas. Há, de fato, transformações nas qualidades específicas dos *valores-de-uso* produzidos, mas, no que concerne à produção de valor e de mais-valia, não há nenhum átomo de alteração qualitativa. Esses elementos são importantes para nossa análise da educação superior e da Educação à Distância, como veremos no decorrer do presente artigo.

Exatamente por considerar esses fatores, Marx apresenta o elemento impulsionador desse processo, que altera a capacidade produtiva e proporciona uma redução do tempo necessário à produção das mercadorias, do valor e da mais-valia. Esse elemento é a força produtiva do trabalho, ou produtividade do trabalho:

A grandeza do valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, invariável, se fosse constante o tempo de trabalho requerido para a sua produção. Mas este muda com qualquer variação na produtividade (força produtiva) do trabalho. A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais [...] (MARX, 2011, p. 62).

A alteração em um ou mais fatores que compõem as forças produtivas do trabalho repercute, necessariamente, na alteração do tempo socialmente necessário à produção de determinada mercadoria, o que significa a diminuição ou o aumento do valor desta mercadoria. Assim, é possível proporcionar, por meio do aprimoramento científico e da implementação de inovações tecnológicas que incidam sobre o processo de trabalho, a produção de uma quantidade maior de mercadorias com o mesmo tempo ou, ainda, com tempo menor, o que resulta em uma diminuição do valor: “Quanto maior a produtividade do

trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor [...]” (MARX, 2011, p. 62).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, há intensas alterações nos processos de produção da vida humana, já que por meio desse aprimoramento, tem-se a diminuição do tempo de trabalho necessário, o que significa dizer que, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas, maiores são as possibilidades de emancipação humana. Porém, contraditoriamente, com a propriedade privada dos meios de produção, esse desenvolvimento está diretamente voltado para a propriedade privada, ao passo que, sob a forma social do capital, ele está totalmente subjugado à produção de valor, de mais-valia e de capital. Por conseguinte, sob o capital, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, ao contrário de se ampliar as condições de emancipação humana, tem-se a intensificação da subsunção de toda a vida social a esse modo de produção.

Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, sob esta forma social, tende a potencializar sobremaneira o avanço de novas tecnologias inseridas na implementação de capital constante. Na atualidade, esse fenômeno pode ser verificado, por exemplo, no incessante aprimoramento tecnológico de *hardwares*, de *softwares* e das demais tecnologias necessárias para o trabalho de forma virtual; trabalho este que tem se ampliado, dentre outros setores, na atual modalidade de Educação à Distância. Ao mesmo tempo, com esse vultuoso investimento em capital constante, tem-se a possibilidade da dispensa em massa de uma gigantesca quantidade de trabalhadores, inclusive, de professores e outros agentes educacionais.

Vimos, até agora, alguns dos elementos cruciais para a compreensão do mundo do capital. A lei do valor é indispensável para o entendimento da forma de ser do capital. Numa relação de constante determinação, é sobre essa lei que se levanta, na sociedade do capital, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Portanto, produzir mais mercadorias com uma quantidade de tempo menor está diretamente relacionado com a redução do valor como condição indispensável à sobrevivência dos capitalistas individuais em meio à ininterrupta concorrência intercapitalista. E para isso, o incremento sempre maior de investimento em capital constante é a base que viabiliza esse processo.

Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento contínuo das forças produtivas do trabalho provoca iminentes alterações nas formas de produção de capital. Desse modo, as aulas à distância, pela via do avançado aparato tecnológico produzido, pode ser o destino da educação pública que, ao mesmo tempo, tende a deixar de ser pública para se tornar privada. Veremos isso mais de perto um pouco adiante. Cabe-nos, agora, compreender a função precípua do Estado do capital. Na sequência, acompanharemos como, em função do objetivo do Estado, a educação pública e gratuita, e, mais especificamente, a educação superior, tornam-se alvos dos avanços das forças produtivas do trabalho inseridas na lógica de produção de capital.

Marx (2011) explica que a composição orgânica do capital no processo produtivo, entendida pelo uso de capital constante – meios de produção – somado ao uso de capital variável – força de trabalho –, é sempre alterada em função da necessidade de aumentar o desenvolvimento das forças produtivas do

trabalho por meio do aperfeiçoamento em capital constante. Dessa forma, os períodos de cada ciclo do capital passam por alterações nessa composição e tendem ao avanço do investimento em capital constante em detrimento de investimento em capital variável.

Entretanto, há de se considerar que a força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir mais-valia e, portanto, capital. Quando se reduz a quantidade de capital variável para o aumento de capital constante, uma contradição insolúvel se levanta: as crises cíclicas e periódicas, manifestadas pela queda tendencial da taxa de lucro.

Contudo, pelas finalidades deste texto, nos interessa, nesse momento, compreender o papel do Estado na determinação direta da produção de capital.

O Estado e as crises do capital

Para Marx, Engels, Lenin e outros dos mais proeminentes autores marxistas, o Estado é, necessariamente, Estado da classe economicamente dominante; o que, no caso do capitalismo, significa que é Estado da classe capitalista, independentemente de quem o governe. Por causa disso, principalmente nos períodos de crise, o Estado necessita intensificar as ações concernentes a suas funções precípua para contribuir com a vida do capital em crise, em detrimento de funções que não são essenciais para o capital, como, por exemplo, os aspectos relacionados à qualidade de uma educação pública e gratuita.

O movimento do capital se apresenta em ciclos periódicos que vão, em síntese, do aumento inaudito da produção até culminar em um período de crise. Tal movimento é constitutivo do “DNA” do capital. Está presente desde o seu surgimento e permanecerá enquanto a produção da vida estiver subsumida à produção de capital. Dessa forma, as crises cíclicas e periódicas expressam, contraditoriamente, a forma de ser saudável do capital. São inerentes à sua lógica de produção e reprodução.

Isso fica demonstrado pelas intensas pesquisas realizadas por Marx e Engels desde muito cedo. Ainda nos finais dos anos quarenta do século XIX, os autores já se dedicavam a compreender a sociedade do capital, seus fundamentos e suas crises. Mesmo de forma incipiente, haja vista que se tratava de um período inicial de estudos⁷, os autores descrevem o conteúdo que caracteriza as crises do capital:

[...] Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da sociedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de

crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las (MARX; ENGELS, 2010, p. 45).

Desde essa época, os autores identificaram que o movimento normal do capital é composto por períodos de superprodução que culminam em crises. Para a saída dessas crises, várias medidas são tomadas. E a cada crise, mais explosivos se tornam seus efeitos e mais intensas são as tentativas de superá-las.

A vida do capital, como aponta Marx, em síntese, se caracteriza por uma sequência de períodos: “[...] estado de repouso, animação crescente, prosperidade, superprodução, colapso, estagnação, estado de repouso, etc. [...]” (MARX, 1986, p. 270). Foi assim durante as crises ocorridas no século XIX, no século XX e as que temos acompanhado no século XXI. Enquanto existir capital, parece ser essa uma constante.

Todavia, no quadro geral de análises das crises, percebe-se que elas costumam ser sempre apelidadas. Foi assim com as crises mais gerais como a de 1929, chamada de “grande depressão”; passando pela crise de 1973, conhecida como “crise do petróleo” e aquela que eclodiu em 2020 que tem sido chamada de “crise do coronavírus”. São formas para mascarar o real e, por isso, ocultar que o que ocorre não é outra coisa senão mais uma crise cíclica e periódica do capital com suas manifestações particulares.

Tem sido assim desde que o capital é capital, desde que a sociedade, dividida determinantemente em duas classes antagônicas – classe capitalista e classe trabalhadora –, tem na produção e circulação de capital o seu fundamento. Contudo, e como não haveria de ser diferente, cada uma dessas crises traz consigo um problema específico; a saúde, no caso atual. Não se trata de secundarizar os problemas causados pelo coronavírus que se expande assustadoramente e potencializa a crueldade para a humanidade. Longe disso. Sabemos que o potencial mortífero do COVID-19 é real. Mas como entender tudo isso para além das análises de que seria uma “crise do coronavírus”? Qual a raiz da crise atual? A crise cíclica não deve ser entendida como uma anomalia, ou patologia, mas sim, como expressão do funcionamento saudável da forma de ser do capital.

Ao contrário do que se possa comumente pensar, de que o motivo das crises seja os baixos salários e, conseqüentemente, a diminuição no consumo, observa-se que, na realidade, as crises advêm sempre de um período em que o salário sobe de maneira geral e ocorre o aumento do consumo. Ou seja, a crise não tem seu início na queda da atividade econômica, mas em seu ápice. Como afirma Marx, no livro II de sua obra *O Capital*:

[...] A produção capitalista patenteia-se portanto independente da boa ou má vontade dos homens, implicando condições que permitem aquela relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente e como sinal prenunciador de uma crise (MARX, 1980, p. 439).

Porém, isso é apenas um dos aspectos a serem considerados. O fator central encontra-se nas medidas necessárias ao processo de expansão do capital. Trata-se do aumento dos investimentos em capital constante e a sucessiva redução do capital variável, alterando a composição orgânica do capital. Simplificadamente, essa combinação leva a uma tendência à queda da taxa de lucro; ou seja, uma lei que

inviabiliza, temporariamente, o desenvolvimento das forças produtivas e que só pode ser superada por meio de uma crise cíclica (MARX, 2011).

O capital, em seu complexo e contraditório movimento, produz suas próprias crises. Quando elas ocorrem, são expressões dos limites em que esbarra o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas na produção de capital; desenvolvimento esse retomado somente por meio de um período de crise. Essa crise implica, portanto, necessariamente, na queima de capital constante e de capital variável, para que sejam acionados novos patamares de crescimento. As inúmeras demissões de trabalhadores, por exemplo, nos momentos de crise, são táticas necessárias para o capital superar essa condição.

Dessa forma, a própria crise humanitária se estabelece como condição para a saída da crise do capital. Em períodos assim, vê-se nas medidas para a saída da crise, os traços edificantes da sagacidade dos capitalistas e de seu Estado: descontos salariais, aumento da miséria, férias coletivas, demissões, anistia de dívidas, liberação de créditos, injeção monetária do Estado nos ramos industriais, corte de impostos, fusões, incentivos, etc.

Dessa breve explanação, pode-se concluir que, para salvaguardar a continuidade da reprodução do capital e de sua ordem, particularmente nos períodos de crise, o Estado capitalista precisa aumentar exponencialmente sua intervenção nas funções que lhe são precípuas, principalmente no plano econômico, com injeções bilionárias ou trilionárias de recursos, e também nos terrenos político, jurídico e militar, por meio dos instrumentos de coerção e repressão. Consequentemente, o Estado do capital necessita diminuir, na mesma proporção, sua intervenção nas funções que não lhe são próprias e que lhe foram atribuídas por circunstâncias históricas e conjunturais, como é o caso, por exemplo, da educação pública e gratuita, da saúde pública e gratuita, etc. Esse processo ocorre concomitantemente com o crescimento extraordinário de empresas capitalistas de educação, de saúde, etc. Daí, é possível entender a atual configuração do Estado do capital: é um Estado que precisa ser cada vez mais *mínimo* naquilo que não são suas funções próprias - educação pública e gratuita, por exemplo - para poder ser um Estado cada vez mais *máximo* nas funções que lhe são essencialmente pertinentes.

Diante desse quadro geral e resumido do mundo do capital, de suas crises cíclicas e de seu Estado, abordaremos agora os desdobramentos desse movimento no que diz respeito à relação entre ensino privado e educação pública e gratuita superior no Brasil e suas tendências.

As empresas capitalistas de ensino: cenários e tendências

Para Marx (1980), capital industrial é todo aquele elemento que é produtor e reproduzidor de capital. Não se trata do aspecto físico, ou mais precisamente, da identificação de capital industrial com produção fabril. Desse modo, toda a relação de produção e reprodução que está subsumida à lógica especificamente capitalista é capital industrial. Assim, ela pode ocorrer nos mais variados ramos e setores; sendo, portanto, descabida a compreensão de capital industrial estrita à fábrica, propriamente dita. Desse ponto de vista, as empresas capitalistas de ensino situam-se no campo do capital industrial.

Com a finalidade de produzir valor, mais-valor e capital, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho se expande constantemente. O capitalista que conseguir reduzir o valor da mercadoria que produz, dará saltos significativos na luta de vida ou morte da concorrência capitalista. Especificamente relacionada ao ramo produtivo de capital ligado ao ensino, a luta constante é para desenvolver as forças produtivas do trabalho pelo incremento do uso de tecnologias, por exemplo, que possibilitem a formação do maior número possível de matriculados em menor tempo, o que impinge à diminuição de gastos com instalações, matéria-prima e capital variável. Em síntese, é o que o ensino à distância possibilita como aspecto central. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho possibilita à classe capitalista um enorme salto em seus lucros e, no caso da educação superior, revela que o ensino à distância cumpre bem esse papel.

Além disso, considerando o que expusemos, introdutoriamente, sobre o tema do Estado do capital, vimos que não é sua função precípua a oferta de educação superior pública e gratuita. A função essencial do Estado do capital é contribuir para a manutenção dessa relação social e ser um dos elementos propulsores de produção e reprodução do capital. Desse modo, quando o Estado reduz verbas da educação pública e gratuita, economiza para destinar esse montante para sua principal finalidade própria: gerir os negócios do capital.

Considerando a produção do valor e sua valorização, tomada aqui pela potencialização do desenvolvimento das forças produtivas, bem como o Estado do capital, como órgão gerenciador das necessidades do capital, a educação superior pública e gratuita se torna um entrave desnecessário à lógica capitalista de produção e reprodução da vida. Os períodos de crise cíclica e periódica do capital potencializam isso. Nesses momentos, a classe capitalista se movimenta e aciona, sobremaneira, o Estado para salvar a relação social capitalista. Medidas são tomadas e, no que diz respeito à educação superior pública e gratuita, considerando a totalidade do que expusemos até agora, situa-se como setor dispensável e possível de ser gerido não mais pelo Estado, mas sim pelas empresas capitalistas de ensino.

Estruturamos uma sequência de dados da realidade para acompanhar o movimento pelo qual a educação, em especial o ensino superior e à distância, tem mantido uma constante ascensão ao longo dos últimos anos. Podemos observar esse movimento por meio, inicialmente, dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP –, em seu relatório técnico do Censo de 2014. A partir desse relatório, é possível acompanhar a veloz expansão da educação privada no Brasil e do ensino à distância.

Na primeira tabela, que se refere ao número de instituições de educação superior, por categoria administrativa e por organização acadêmica, em 2014, o que fica evidente é a quantidade de instituições privadas que supera enormemente o número de instituições públicas, e representa 87,4% do total.

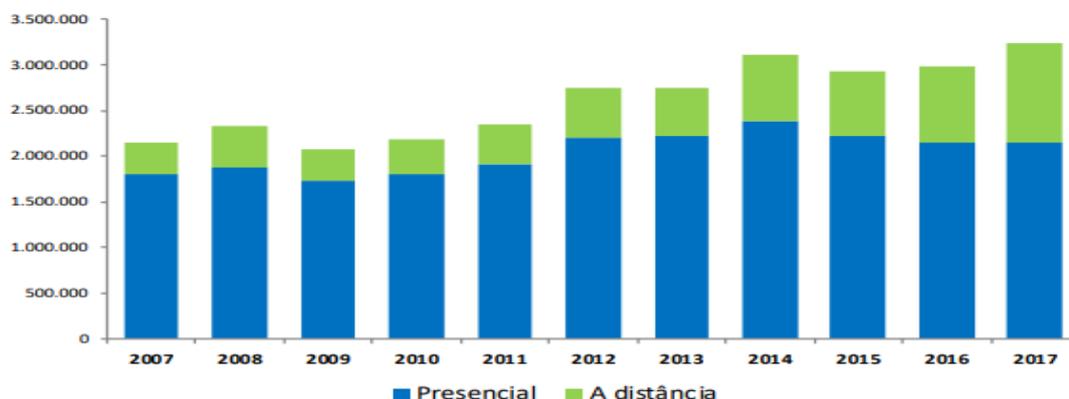
Tabela 1 Número de instituições de educação superior, por categoria administrativa e por organização acadêmica – Brasil – 2014

| Organização Acadêmica | Total Geral | Categoria Administrativa | | | | |
|-----------------------|--------------|--------------------------|------------|------------|-----------|--------------|
| | | Pública | | | Privada | |
| | | Total | Estadual | Federal | | Municipal |
| Total Geral | 2.368 | 298 | 118 | 107 | 73 | 2.070 |
| Centro Universitário | 147 | 11 | 2 | 0 | 9 | 136 |
| Faculdade | 1.986 | 136 | 78 | 4 | 54 | 1.850 |
| Universidade | 195 | 111 | 38 | 63 | 10 | 84 |
| IFs e Cefets | 40 | 40 | - | 40 | - | - |

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior (2014).

O processo de aumento das instituições privadas de ensino superior vem acompanhado pela modalidade de ensino à distância, como demonstra a próxima tabela que é concernente ao número de ingressos em cursos de graduação entre os anos de 2007 e 2017. Nela, é possível observar o crescente aumento da modalidade à distância em relação à forma presencial.

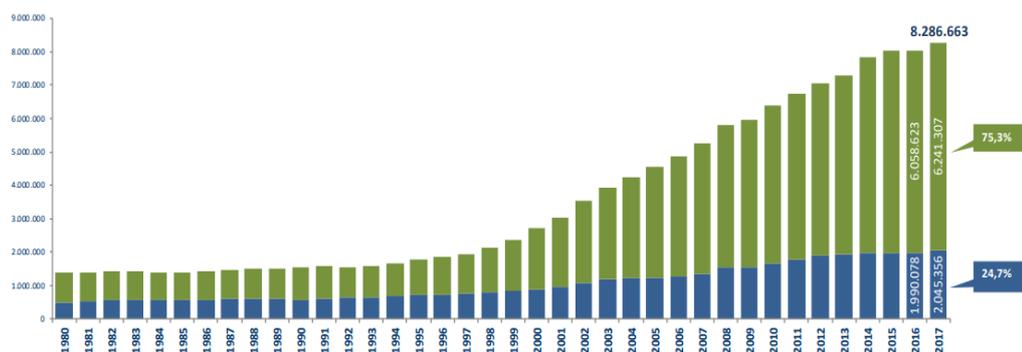
Número de Ingressos em Cursos de Graduação – 2007-2017



Fonte: Censo da educação superior, 2017, divulgação dos principais resultados, MEC e INEP.

Esses dados ficam ainda mais potencializados ao compararmos, na tabela seguinte, a proporção do número de matrículas em cursos de graduação em instituições públicas, que representava 24,7% do total em 2017, e privadas, que correspondia a 75,3% do total no mesmo ano.

Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 1980-2017



Azul: alunos matriculados em instituições públicas

Verde: alunos matriculados em instituições privadas

Fonte: Censo da educação superior, 2017, divulgação dos principais resultados, MEC e INEP.

A rede privada já possui mais de 6 milhões de alunos. Em comparação com o total de alunos inseridos no ensino superior, é possível constatar que a rede privada tem três em cada quatro alunos de graduação. Desse total de alunos inseridos no ensino superior, em 2017 mais de 21% estavam vinculados à educação à distância. Além disso, é pertinente destacar a tendência de aumento dessa modalidade ao longo dos anos, conforme demonstra a tabela abaixo.

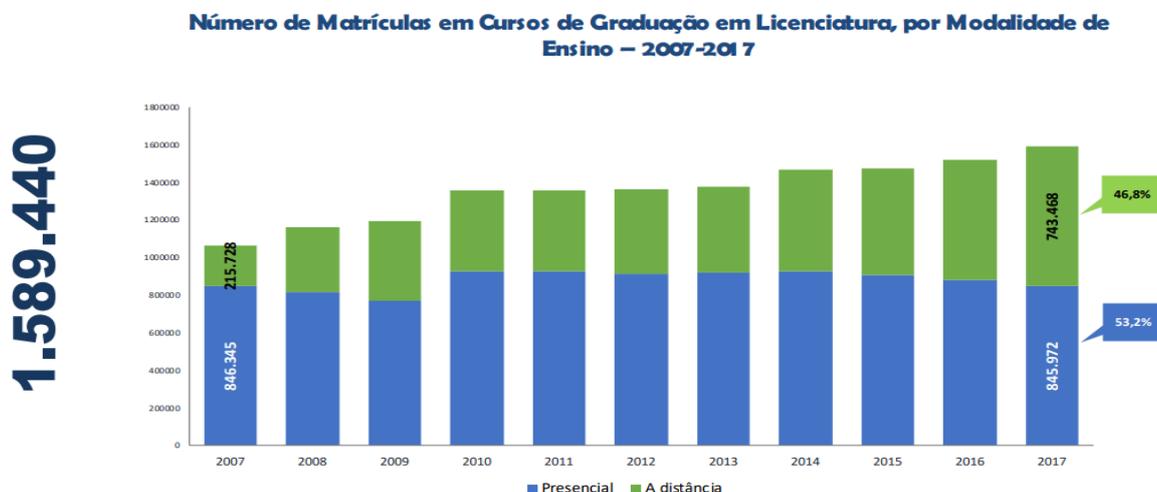
Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2007-2017



Fonte: Censo da educação superior, 2017, divulgação dos principais resultados, MEC e INEP.

As matrículas para a graduação, por meio da educação à distância, passaram de 7%, em 2007 para 21,2% em 2017. Houve um aumento do ensino à distância de mais de 300% em relação ao presencial em apenas 10 anos, de tal forma que em 2017 mais de 1,7 milhão de alunos eram atendidos pela modalidade à distância.

Nesse contexto, a licenciatura é a área mais buscada e a que expressa um número ainda maior de procura na modalidade à distância. Ela saltou de 215.728 alunos em 2007, para 743.468 em 2017. São mais de 46%, quase a metade, de alunos de licenciatura cursando o ensino à distância.



Fonte: Censo da educação superior, 2017, divulgação dos principais resultados, MEC e INEP.

Na totalidade, os alunos dos cursos de licenciatura em 2017 eram 1.589.440 no Brasil, representando 19,3% do total de alunos na educação superior de graduação. A tendência de crescimento se manteve na modalidade à distância. Considerando que mais de 70% do ensino superior está centrado nas instituições privadas, logo, o aumento do ensino à distância acompanha cabalmente o aumento das instituições privadas.

As empresas capitalistas de ensino e a crise do capital

Dados revelados por meio de uma pesquisa veiculada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI –, de maio de 2020, demonstram os impactos da atual crise do capital sobre parte do setor industrial no Brasil. A diminuição ou paralisação das atividades têm sido uma constante nesse cenário. Os dados revelam que 22% das empresas possuem capital para manter suas atividades por mais um mês e 45% assumem que suas condições são para a manutenção da produção por até três meses. Esse contexto soma-se a outro dado que a pesquisa expressa: embora 74% das empresas já apresentem negatividade em sua produção, afetada pela crise, e 82% apresentem uma queda no faturamento nos últimos 45 dias, 66% delas não demitiram, ainda, nenhum de seus trabalhadores⁸.

Se mais da metade das empresas capitalistas industriais ainda não demitiu seus trabalhadores, e mais de 70% apontam para o encerramento de suas atividades nos próximos meses, logo, a taxa de desemprego tende a aumentar exponencialmente durante o ano de 2021.

O cenário aponta para a recessão, e potencial depressão econômica que a atual crise causará. Para buscar diminuir os impactos desse movimento, o Estado é convocado pelos capitalistas para salvaguardar a vida do capital. Nesse contexto, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, destacou o grave impacto da crise sobre a produção industrial e afirmou que “O momento de salvar as empresas é agora. Se esperar até chegarem a um estágio terminal, será sem volta. Isso vai desencadear o agravamento da situação, com mais desemprego, diminuição de impostos pagos”⁹. Em outras palavras, o que o presidente da CNI reivindica é o auxílio do Estado para ajudar na manutenção das atividades industriais. O Estado é acionado para contribuir em medidas para a saída da crise do capital, seja por meio de leis que potencializem a exploração da classe trabalhadora, seja por meio de financiamento direto com verbas destinadas para a manutenção das empresas capitalistas.

A queda do lucro da Cogna Educação foi de 39,1 milhões no primeiro trimestre de 2020, comparando-se ao lucro de 238,2 milhões no mesmo período de 2019. Empresas como a Cogna Educação, assim como a Confederação Nacional das Indústrias, buscam auxílio do Estado do Capital para a saída de sua crise. No caso da educação, a avidez pelo o aumento do FIES, por exemplo, tem sido o mote do momento¹⁰.

A queda da taxa de lucro no setor educacional privado tem como base dois elementos: a inadimplência e o aumento do cancelamento de matrículas. Segundo dados do Sindicato das Instituições de Ensino Superior Privado – SEMESP –, a taxa de inadimplência nas instituições privadas de ensino superior ficou em 26,3% em abril de 2020; um crescimento de 72,4% na comparação com o mesmo mês de 2019, quando fechou em 15,3%¹¹.

Nessa conjuntura, a Cogna Educação prioriza, no período de crise, a manutenção de seu capital, e planeja-se para realizar novas aquisições para o período de melhoria pós crise do capital; em outras palavras, já se organiza para retomar suas taxas de lucro e ampliar sua acumulação de capital. Isso sinaliza uma forte tendência para a centralização do capital no setor educacional que parece ser a realidade nos próximos anos. E qual será o nicho escolhido para essa guinada? O ensino à distância. É o que aponta Roberto Valério, presidente do negócio de ensino superior da Cogna Educação¹².

Nesse contexto de aumento exponencial da oferta de ensino à distância de caráter privado, temos os desdobramentos em dados do real significado disso. Com o intuito de aumentar o investimento em capital constante, ou seja, tecnologia altamente desenvolvida para viabilizar a educação à distância e o ensino remoto, a demissão de professores tem sido uma nova rotina. Apenas como ilustração, uma notícia publicada em 29 de setembro de 2020 trazia o seguinte conteúdo:

‘Em meio à pandemia, fomos tratados como números’, diz professor demitido da Uninove. Universidade enviou mensagens eletrônicas em massa para docentes, avisando que eles foram desligados sumariamente. Segundo sindicato, número de afetados pode chegar a 300¹³.

A mensagem que aparecia na tela dos professores, sem citar seus próprios nomes, afirmava:

Atenção! Prezado (a) professor (a), comunicamos que em 22 de junho de 2020, fica V. Sa. dispensada de prestar serviço a esta empresa sem obrigatoriedade inclusive do cumprimento do aviso prévio previsto em lei, o qual ser-lhe-á pago em conformidade com o que estabelece a legislação trabalhista pertinente (*pop-up* que anunciava sua demissão).

Outra notícia que corrobora com o que temos apontado, diz respeito à manchete: “Demissões de professores viram rotina em universidades de São Paulo”¹⁴. Como exemplo, a Universidade Cruzeiro do Sul demitiu cerca de 30% de seus docentes.

Essa tendência se manifesta em vários casos por todo o território nacional, atingindo, inclusive, trabalhadores do Estado do capital. A análise de membros do governo, frente ao cenário de trabalho remoto implementado durante a pandemia do coronavírus iniciada em 2020 está diretamente relacionada com a significativa redução de custos: “Governo economiza R\$1 bilhão com trabalho remoto de servidores”¹⁵. A divulgação foi feita pelo Ministério da Economia no dia 25 de setembro de 2020. Centrado na diminuição de custos que tem sido efetivada, o governo já estuda formas de manutenção do que se chama de *teletrabalho* nos mais diversos setores.

Considerações finais

Fundada na propriedade privada dos meios de produção, a sociedade dividida em classes antagônicas construiu, a partir de um longo processo histórico, os pilares para a consolidação da sociedade do capital. O mundo do capital, e não da humanidade, se ergueu e, em pouco tempo, revelou seu potencial *modus operandi* de fazer com que os trabalhadores produzam sua vida ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, produzem sua potencial morte.

Para gerir os negócios da classe capitalista tem-se o Estado do capital, que não se pauta em interesses coletivos e destinados à valorização da vida humana. Ao contrário, possui como função precípua a contribuição para o processo de produção de capital em detrimento da vida da classe trabalhadora. Portanto, sob esse ponto de vista, educação pública e gratuita passa a se conflitar com as reais finalidades do Estado do capital, o que pode ser comprovado por um duplo e concomitante movimento que vem ocorrendo desde as últimas décadas do século passado: o crescimento extraordinário de empresas capitalista de educação e, na direção inversa, o desvencilhamento do Estado do capital no que diz respeito à educação pública e, principalmente, gratuita. É o Estado assumindo, sem máscaras, suas funções essenciais.

Em períodos de crises cíclicas e periódicas do capital, a agudização das contradições exige ações da classe capitalista e de seu Estado para a manutenção da sociabilidade do capital. A cada crise, há uma potencialização da destruição, que é condição para um novo ciclo de produção. Destruição e produção convivem cotidianamente sob a lógica do capital.

Nesse cenário, e pautados nos dados da realidade, é possível identificar a tendência de crescimento do capital de empresas da educação por meio da educação à distância e do ensino remoto. Ao mesmo tempo, é possível apontar para a tendência do movimento de isenção do Estado em oferecer educação pública e gratuita. Ensino à distância por meio de oferta privada parece ser o caminho que o capital tem traçado, especificamente, para a saída da atual crise, no que diz respeito à esfera educacional.

Isso leva, necessariamente, à busca de ampliação desse setor, com o intuito de abocanhar as camadas educacionais ainda sob a responsabilidade do Estado.

Focamos nossa busca por dados da realidade que expressam a situação do ensino superior. Contudo, não seria de todo equivocado apontar o mesmo movimento em modalidades distintas da educação pública e gratuita; como se pode ver, por exemplo, na educação básica oferecida pelos Institutos Federais de Educação que, num futuro próximo, tende a se tornar cada vez mais técnica e sofrer com o reordenamento dos *campi*, o que implicaria o fechamento de locais de trabalho e demissão de força de trabalho. Ora, o ensino à distância tem demonstrado que, com menos professores e menos *campi*, é possível atender a uma quantidade maior de estudantes, ter menos custos e ainda ter a possibilidade de mercadorização da educação pública.

Como os impactos da crise do capital sobre as empresas capitalistas de ensino têm sido significativos, a busca pela retomada de suas taxas de lucros aponta para um cenário de privatização da educação pública presencial e sua entrega para a educação privada à distância. Essa parece ser a tendência para os próximos ciclos.

Nesse cenário, a luta dos trabalhadores em geral, e aqueles especificamente da educação, tende a se agudizar. Os tempos são difíceis, e o conhecimento da realidade em movimento, que nos leva a estudar as tendências do capital, é suporte indispensável para a elaboração de formas de luta. Contudo, sem uma estratégia que tenha como horizonte uma sociedade para além do capital, o que está posto como tendência é o fortalecimento do Estado do capital pelo desmonte da educação pública e gratuita como um de seus principais vetores.

Referências

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. [Online]. Brasília: Inep, 2018.

COGNA EDUCAÇÃO/INSTITUCIONAL. **Sobre nós**. 2019. Disponível em <http://www.cogna.com.br/#lp-pom-block-30>. Acesso em 29 set. 2020.

INEP. **Relatório Técnico: Censo do Ensino Superior 2014**. Instituto Nacional Anísio Teixeira. Disponível em <http://www.inep.gov.br/> acesso em: 13 de set/2017

KOIKE, B. **Cogna não pretende fazer aquisições no período da crise**. [s.l.], [n.p.], 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/22/cogna-no-pretende-fazer-aquisies-no-perodo-da-crise.ghtml>. Acesso em 3 jun. de 2020.

Lucro da Renner despensa 94% e Usiminas e Cogna têm prejuízo. Valor. [s.l.], [n.p.], 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/05/22/lucro-da-renner-despensa-94percent-e-usiminas-e-cogna-tem-prejuizo.ghtml>. Acesso em 3 jun. 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume III. Livro II. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume IV. Livro III. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1986.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 1ed. Revista – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política: Livro I. 29 ed. – Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

MENDONÇA, H. **“Em meio à pandemia, fomos tratados como números”, diz professor demitido da Uninove**. [n.p.], São Paulo, 24 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/em-meio-a-pandemia-fomos-tratados-como-numeros-diz-professor-demitido-da-uninove.html>. Acesso em 29 set. 2020.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo : Boitempo, 2002

OLIVEIRA, B. SCHROEDER, L. FELIX, T. **Demissões de professores viram rotina em universidades de São Paulo**. [n.p.], São Paulo, 4 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/04/demissoes-de-professores-vira-rotina-em-universidades-de-sao-paulo>. Acesso em 29 set. 2020.

OLIVEIRA, K. **Governo economiza R\$1 bilhão com trabalho remoto de servidores**. [n.p.], Brasília, 25 de setembro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/governo-economiza-r-1-bilhao-com-trabalho-remoto-de-servidores>. Acesso em 29 set. 2020.

Pesquisa da CNI mostra que 22% das empresas só têm condições financeiras de manter atividades por mais um mês. Agência O Globo, Brasília, [n.p.], 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pesquisa-da-cni-mostra-que-22-das-empresas-so-tem-condicoes-financeiras-de-manter-atividades-por-mais-um-mes-1-24451671>. Acesso em 1 jun. 2020.

SAKKIS, A. **Hora de ajudar as empresas é agora, diz presidente da CNI, em entrevista à TV Brasil**. [s.l.], [n.p.], 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/hora-de-ajudar-as-empresas-e-agora-diz-presidente-da-cni-em-entrevista-a-tv-brasil/>. Acesso em 2 jun. 2020.

SEMESP DIVULGA PESQUISA SOBRE INADIMPLÊNCIA DURANTE CRISE DA COVID-19. [s.l.], [n.p.], 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/noticias/semesp-divulga-pesquisa-sobre-inadimplencia-durante-crise-da-covid-19/>. Acesso em 3 jun. 2020.

Notas

- ¹ Doutor em Educação pela PUC-SP. Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, linha de pesquisa Trabalho, Educação e Políticas. É coordenador do Grupo de Estudos “Capital, Trabalho e Educação” (GECATE: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8214109552044726> e membro do 13 de Maio - Núcleo de Educação Popular (NEP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9535905012666098>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9362-5530>. Email: paulotumolo57@gmail.com
- ² Doutorando em educação na Universidade Federal de Santa Catarina e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, linha de pesquisa Trabalho, Educação e Políticas. Professor do Instituto Federal Catarinense - campus Videira. Membro do "Grupo de Estudos em Atualidades" (GEA) do IFC, do Grupo de Estudos “Capital, Trabalho e Educação” (GECATE) e membro do 13 de Maio - Núcleo de Educação Popular (NEP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6779656684312233>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9644-1665>. Email: andre.ricardo@ifc.edu.br
- ³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, linha de pesquisa “Trabalho, Educação e Políticas”. Atualmente vinculada ao mesmo programa, onde realiza estágio pós-doutoral. Membro do Grupo de Estudos “Capital, Trabalho e Educação” (GECATE) e membro do 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6036162800174644>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9464-3116>. Email: julianezb@yahoo.com.br
- ⁴ Para os indivíduos que compõem a classe capitalista, o interesse não está na característica do valor-de-uso que é produzido pelos trabalhadores de suas empresas, mas na quantidade de capital possível de ser produzido e acumulado, seja lá qual for a mercadoria que se produz.
- ⁵ Existem diferenças entre Educação à Distância e Ensino Remoto, mas é possível inferir que a primeira tem aberto caminhos para o segundo, principalmente a partir de 2020, com a eclosão da pandemia do coronavírus.
- ⁶ Exemplo dessa suposição pode ser encontrado, entre outros, em Mézáros em sua obra magna *Para além do capital* (MÉSZÁROS, 2002).

- ⁷ À época em que redigiam *O Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 2010), Marx e Engels – ainda que de forma embrionária e sem todo o arcabouço teórico incomparavelmente superior com que anos depois viriam a abordar este tema – já traziam algumas caracterizações geniais sobre as crises inerentes à forma social do capital.
- ⁸ Matéria do jornal O Globo sobre o impacto da crise do capital e as tendências para os próximos meses. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/pesquisa-da-cni-mostra-que-22-das-empresas-so-tem-condicoes-financeiras-de-manter-atividades-por-mais-um-mes-1-24451671>. Acesso em 1 jun. de 2020.
- ⁹ Notícia do Portal da Indústria sobre a entrevista da TV Brasil com o presidente da CNI. Disponível em <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/hora-de-ajudar-as-empresas-e-agora-diz-presidente-da-cni-em-entrevista-a-tv-brasil/>. Acesso em 2 de junho de 2020.
- ¹⁰ Matéria sobre o prejuízo das empresas nesse período, com ênfase, em nossa análise, para a Cogna Educação. Disponível em <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/05/22/lucro-da-renner-despenca-94percent-e-usiminas-e-cogna-tem-prejuizo.ghtml>. Acesso em 3 de junho de 2020.
- ¹¹ Matéria sobre a inadimplência relacionada ao período da pandemia em empresas capitalistas de ensino. Disponível em <https://www.semesp.org.br/noticias/semesp-divulga-pesquisa-sobre-inadimplencia-durante-crise-da-covid-19/>. Acesso em 3 de junho de 2020.
- ¹² Matéria sobre a estratégia da Cogna Educação a médio prazo. Disponível em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/22/cogna-no-pretende-fazer-aquisies-no-perodo-da-crise.ghtml>. Acesso em 3 de junho de 2020.
- ¹³ Matéria sobre a realidade de professores no quadro da atual crise. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/em-meio-a-pandemia-fomos-tratados-como-numericos-diz-professor-demitido-da-uninove.html>. Acesso em 29/09/2020.
- ¹⁴ Matéria sobre a realidade enfrentada por muitos professores, como medida de saída da crise pelas empresas capitalistas. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/04/demissoes-de-professores-vira-rotina-em-universidades-de-sao-paulo>. Acesso em 29/09/2020.
- ¹⁵ Notícia acerca da economia feita pelo governo federal durante alguns meses da pandemia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/governo-economiza-r-1-bilhao-com-trabalho-remoto-de-servidores>. Acesso em 29/09/2020.

Recebido em: 25 de fevereiro de 2021

Aprovado em: 07 de abril de 2021